

CO

**AMILCAR  
CABRAL**

AKIS



**TEXTOS                      POLÍTICOS**

AHS



## INDICE

Apresentação.....	3
Lista bibliográfica.....	4
1. Um povo que se liberta	
Os antecedentes da luta.....	5
Combate invencível.....	6
Do esforço diplomático à luta armada.....	7
A estratégia da luta.....	9
As dificuldades da luta.....	10
O papel da violência.....	10
Meio rural e mobilização de massas.....	11
O desenvolvimento da luta.....	11
Questões tribais.....	12
A grande conquista - uma sociedade nova.....	13
Situação da mulher.....	14
2. A arma da teoria	
A luta de classes.....	14
O imperialismo.....	16
África.....	16
O neo-colonialismo.....	16
Anti-colonialismo e anti-imperialismo.....	18
O papel da cultura na luta pela independência.....	18
3. A política anti-colonial	
A Guiné, Portugal e a ONU.....	20
Negociações?.....	22
Contra as ilusões da política portuguesa.....	23
Apelo aos portugueses.....	24
Agora os católicos sabem por quem lutar.....	25
As três fases do plano português.....	26
4. Último discurso	
Mensagem de ano novo.....	28



SECRET

AHS

Quando um homem consegue incarnar e exprimir o dinamismo de um povo, e mesmo de um continente inteiro, a sua voz perdura com enorme força.

O assassinato de Amílcar Cabral em 20 de Janeiro de 1973 não conseguiu abafar a sua voz, nem matar o dinamismo que nele se expressava. Bem pelo contrário, a figura do antigo secretário geral do PAIGC cresceu aos olhos da África e do mundo, não como um mito que se exalta, mas como um militante que galvaniza.

Assim, esta antologia de textos, todos da sua autoria, que agora se publica, não é primeiramente uma homenagem à memória de uma pessoa. É verdade que, ao lermos estas páginas, ficamos sem saber o que mais admirar: se a dignidade do homem, se a profundidade do pensador, se a coragem do militante, se a firmeza do político. Todavia, mais importante do que homenagear os mortos é manifestar a solidariedade com os vivos. Por isso, esta recolha de textos será uma forma de afirmar aos povos da Guiné e de Cabo Verde, e ao PAIGC, a nossa solidariedade com a sua luta vitoriosa contra o colonialismo português.

Mas não só. Temos consciência de que, ao divulgar estes documentos em Portugal, estamos também a prestar um serviço aos portugueses. O pensamento de Amílcar Cabral é quase desconhecido entre nós. A sua importância política certamente não escapará a ninguém.

O primeiro aspecto que ressalta é o modo como o vigor do ímpeto libertador e revolucionário se funda, em Amílcar Cabral, num profundo conhecimento da realidade social do seu país. Daí a ausência de dogmatismos e de slogans vazios. Daí também a sua capacidade de penetrar enraizadamente no movimento histórico do povo.

Um outro aspecto: Amílcar Cabral não era apenas um hábil diplomata, era sobretudo um chefe guerrilheiro. No seu pensamento aparece com invulgar clareza estr interpenetração do combate político e da luta armada.

Se a luta armada é o caminho obrigatório da revolução, esta também não se leva a cabo sem teoria revolucionária. Nem precisamos de salientar o valor teórico das análises desenvolvidas por Amílcar Cabral, das quais destacámos as que se referem à luta de classes, ao imperialismo, ao neo-colonialismo e ao problema da cultura.

Todos estes textos são, pois, de grande oportunidade para a nossa situação portuguesa e para o aprofundamento das lutas que por aqui vão sendo travadas.

Na organização desta antologia seguiu-se o critério de compilar as páginas seleccionadas em torno de três temas fundamentais. Na primeira parte - "Um povo que se liberta" - concentram-se os textos sobre a situação da Guiné e Cabo Verde, a história das suas lutas e a organização do seu movimento de libertação nacional. Na segunda parte - "A arma da teoria" - integram-se as análises predominantemente teóricas. Na terceira - "A política anti-colonial" - abrem-se as perspectivas das relações internacionais e vinca-se o fracasso da política colonial portuguesa. Finalmente, transcrevem-se longas passagens daquilo que foi considerado o testamento político de Amílcar Cabral - o seu último discurso, a sua mensagem de ano novo em 1 de Janeiro de 1973.

Em suma, o nosso desejo é que esta antologia seja, também ela, uma arma nas nossas mãos.

## LISTA BIBLIOGRÁFICA

contendo, por ordem cronológica, os documentos de onde foram tirados os presentes textos de Amílcar Cabral (as referências, no final de cada transcrição, remetem para esta lista)

1. - Guiné e Cabo Verde, face ao colonialismo português  
Artigo publicado em "Partisans" nº 7, 1962.
2. - Breve análise da estrutura social da Guiné "portuguesa"  
Intervenção feita em 1964 no Centro Frantz Fanon de Milão, publicada na revista cubana "Pensamiento Critico".
3. - A arma da teoria  
Discurso feito na 1ª Conferência de Solidariedade dos Povos da África, Ásia e América Latina, Janeiro de 1966 - Havana, Cuba.
4. - Decididos a resistir  
Entrevista concedida à revista "Tricontinental" nº 1, 1969.
5. - Guiné: o poder das armas  
Artigo publicado em "Tricontinental" nº 3, 1969.
6. - A luta anti-colonial  
Entrevista concedida em Kartum, durante a Conferência de Solidariedade com os Povos das Colónias Portuguesas, Janeiro 1969.
7. - Agora os católicos sabem por quem lutar  
Conferência de Imprensa transcrita pelo jornal italiano "Paese Sera" - Junho 1970.
8. - As três fases do plano português  
Extractos de um documento secreto, da autoria de Amílcar Cabral, distribuído em Março de 1972 aos quadros do PAIGC.
9. - O papel da cultura na luta pela independência  
Texto que Amílcar Cabral devia ter lido na reunião de peritos sobre "as noções de raça, de identidade e de dignidade", promovida pela UNESCO em Paris, Julho de 1972.
- 10.- Uma única solução: a independência  
Mensagem por ocasião do 16º aniversário da fundação do PAIGC - Setembro 1972.
- 11.- O povo da Guiné e das ilhas de Cabo Verde perante a ONU  
Intervenção perante a IV Comissão da Assembleia Geral das Nações Unidas (XXVII Sessão) - Outubro 1972.
- 12.- Mensagem de ano novo  
Último discurso - Janeiro 1973.

# I um povo que se liberta

## OS ANTECEDENTES DA LUTA

"A tradição de resistência marca de uma maneira decisiva a nossa luta de libertação nacional"

A Guiné e Cabo Verde estão entre as primeiras colónias estabelecidas em África pelos europeus. Pode dizer-se que a Guiné é a primeira de todas. Depois da Conferência de Berlim, onde se fez a partilha da África entre as potências da altura, deu-se conta do que se chamava a ocupação efectiva dos territórios africanos. Portugal estava já presente nos nossos países da Guiné e Cabo Verde. Aqui a sua presença manifestava-se através dos chamados "donatários", que tinham ocupado as ilhas e que tentavam explorá-las utilizando sobretudo gente vinda de Portugal ou da Guiné; e nesta última, através dos entrepostos comerciais da costa e das tentativas de penetração para o interior.

Após a Conferência de Berlim, Portugal decidiu-se a ocupar efectivamente a Guiné. Isto provocou imediatamente uma reacção por parte das populações. Primeiro as populações costeiras: os Manjacos, os Papeis, sobretudo na zona que constitui hoje a ilha de Bissau; os Balantas, um pouco mais no interior, os Fulas, os Mandingas e praticamente todas as populações do país resistiram à ocupação portuguesa, no decurso daquilo a que os portugueses chamaram mais tarde as "guerras de pacificação", que duraram perto de meio século, durante o qual, segundo Teixeira Mota, não se passou, por assim dizer, um só dia em que não houvesse um confronto entre as nossas gentes e os portugueses.

Conhecemos todas as manobras de divisão realizadas pelos portugueses para poderem dominar, uma a uma, as diferentes tribus. Aproveitaram-se de todas as tradições entre as diversas ethias, entregando-se mesmo a actos que poderíamos considerar ilógicos e conseguiram sempre encontrar um ou outro africano, entre aqueles que eram influentes, para servir a sua causa.

Mas a verdade ficou gravada não somente na história, mas também no espírito do nosso povo. Esta grande capacidade de resistência fez com que o colonialismo português só pudesse terminar oficialmente essas famosas guerras de pacificação em 1917, embora na realidade elas só acabassem em 1936, quando ele conseguiu enganar os últimos resistentes bijagós, os quais no entanto não depuseram as armas; de facto, foram traídos e entregues por elementos da sua gente.

Esta tradição de resistência marca de uma maneira decisiva a nossa luta de libertação nacional. A partir dos anos 30, Portugal - onde o fascismo tinha sido instaurado - começou a implantar com mais facilidade a sua administração na Guiné. O facto da política portuguesa ter sido marcada por uma ditadura fascista num momento em que o nosso povo começou a ser verdadeiramente administrado por Portugal, caracteriza de modo flagrante a situação política do nosso país antes da luta de libertação nacional (...).

"O momento culminante, para nós, antes da luta armada, foi quando chegámos à convicção de que apenas nos era possível trabalhar na clandestinidade"

Antes de começar a luta armada decidimos criar organizações africanas. Em 1954 começámos por criar organizações recreativas, uma vez que era então impossível dar-lhes um carácter político. Isto foi importante, não por causa da ideia de criar uma organização, mas porque o colonialismo não o permitiu, o que provou às grandes massas da nossa juventude que se tinham entusiasmado por esta ideia, que, sob a dominação portuguesa, os africanos não tinham qualquer direito. Isto deu-nos

mais coragem para outras acções, para espalhar outras ideias e para fazer avançar a luta. Antes que esta se desenvolvesse completamente, ou mais exactamente, antes que ela tomasse a forma de luta armada, o momento mais importante foi em 1956.

Nesse ano, por altura de uma visita que fiz à minha família (estava então exilado), decidimos criar clandestinamente o nosso Partido. Isto significa que o momento culminante, para nós, antes da luta armada, foi quando chegámos à convicção de que apenas nos era possível trabalhar na clandestinidade.

Depois da criação do Partido, em 1956, houve um outro momento de grande importância, em 1959, quando os portugueses fizeram o massacre de Pidjiguiti, que desencadeou uma grande indignação em toda a população da Guiné e Cabo Verde. Esse momento marca um ponto decisivo porque provou que o Partido seguia uma linha errada e não tinha nenhuma experiência. Nesta época o Partido nada sabia do que se passava no mundo e éramos obrigados a avançar empiricamente. Eu, só em 1961 conheci as obras de Mao Tsé-Tung. A falta de experiência fazia-nos pensar que podíamos lutar nas cidades por meio de greves e de outras acções, mas enganávamo-nos, e a realidade do momento provou-nos que isso não era possível.

"A grande vaga de repressão não conseguiu fazer-nos renunciar ao nosso desejo de libertação"

Nesse mesmo ano, depois da independência da Guiné em 1958, criaram-se pequenos grupos e seguidamente, exactamente em 1959, o Partido conseguiu reuni-los de modo coerente à sua volta. Havia uma única organização e ninguém se reclamou de qualquer outra facção. Isto prova a confiança do povo na direcção do Partido. Em Setembro de 1959, um mês depois do massacre de Pidjiguiti, tivemos em Bissau uma reunião clandestina que provocou uma viragem total no carácter da nossa luta. Foi então que começámos a preparar-nos para a luta armada e que decidimos penetrar no meio rural. O próprio presidente do Partido, o camarada Rafael Barbosa, foi o primeiro a ir ao mato mobilizar gente, para criar aí elementos do Partido. Os nossos militantes da cidade também foram para lá - operários, pequenos empregados, etc - todos abandonaram o que tinham e partiram para o mato para mobilizar a população.

#### COMBATE INVENCÍVEL

O governo português está doravante consciente de uma realidade: nenhuma força poderá impedir a liquidação total do colonialismo português. A dialéctica da repressão colonial provou que, nos nossos dias, nenhum agressor colonialista pode ser vencedor dos povos decididos a conquistar a sua liberdade.

/DOC.-1/

Um outro momento capital foi a diligência do Partido para apoiar a luta dos angolanos por meio de acções directas nas nossas regiões, em Agosto de 1961. Tínhamos feito algumas sabotagens importantes; os portugueses responderam com uma grande repressão contra a nossa população, o que tornou ainda mais agudas as contradições entre nós e eles e nos impeliu irremediavelmente para a luta armada.

Essa grande vaga de repressão - no decurso da qual foi preso o camarada Rafael Barbosa - não conseguiu fazer-nos renunciar ao nosso desejo de libertação. Pelo contrário, galvanizou a nossa vontade de fazer avançar a luta e provou aos portugueses que nada nos poderia deter.

Em princípios de 1961 os portugueses prenderam vinte membros do Partido, entre os quais Fernando Fortes, Epifânio e outros, sendo alguns dirigentes do Partido. A grande movimentação que então se gerou obrigou os colonialistas a levá-los a julgamento e a libertar a maioria. Isto deu-nos muito prestígio e contribuiu para enraizar ainda mais profundamente no nosso povo a ideia de luta.

O Partido decidiu depois aproveitar a existência de países independentes ou, pelo menos, de um país independente, ao lado do nosso. Se os factores internos são decisivos, também não podemos desprezar os factores externos. A existên-



cia da República da Guiné permitiu ao nosso Partido decidir que alguns dos seus dirigentes se fossem ali instalar temporariamente para criarem os meios necessários ao apoio da luta. Isto permitiu-nos criar uma escola política para a formação de militantes políticos activos, o que foi decisivo para a nossa luta. Em 1960 tínhamos criado em Conakry, em condições miseráveis, uma escola política onde chamámos em primeiro lugar os militantes das cidades, para os preparar politicamente e para que eles fossem treinados e soubessem mobilizar o povo para a luta.

/DOC.-5/

#### DO ESFORÇO DIPLOMÁTICO À LUTA ARMADA

"Acreditámos então que só uma intervenção adequada e eficaz da ONU, a favor dos direitos inalienáveis do nosso povo, saberia levar o governo português a respeitar a moral e a legalidade internacional do nosso tempo"

A primeira vez que nos dirigimos a esta IV Comissão da Assembleia Geral das Nações Unidas foi em 12 de Dezembro de 1962. Dez anos é, na verdade, um período bem longo e por vezes decisivo para a vida de um ser humano, mas é bem pouco no quadro do eterno dever da existência ou da história de um povo. Contudo, grandes modificações, radicais e irreversíveis, se operaram na vida do nosso povo. Infelizmente não nos é possível invocar a vossa memória para comparar a situação de ontem e a de hoje, porque a maioria senão a totalidade dos Representantes desta Comissão já não são os mesmos. Faremos pois um breve resumo do que se passava então.

Era um momento crucial da história da nossa luta. O massacre de Pidjiguiti, perpetrado pelos colonialistas portugueses a 3 de Agosto de 1959 contra os estivadores de Bissau e os trabalhadores dos barcos de transporte fluvial em greve, tinha sido, à custa de 50 mortos e mais de uma centena de feridos graves, uma dolorosa lição para o nosso povo. Aprendemos que, contra os colonialistas portugueses, não era questão de escolher entre a luta pacífica e a luta armada. Eles tinham armas e estavam decididos a liquidar-nos.

Decidimos então, no decurso de uma reunião clandestina da direcção do nosso Partido, realizada em Bissau em 19 de Setembro de 1959, suspender todas as acções reivindicativas nas cidades e prepararmo-nos para a luta armada. Para tanto precisávamos de uma sólida base política no meio rural e, após três anos de intensa actividade de mobilização e organização das populações rurais, tínhamos conseguido criá-la, apesar da vigilância constante das autoridades coloniais. Sentindo soprar as brisas anunciadoras daquilo a que um dirigente inglês chamou "o vento da mudança", os colonialistas portugueses desencadearam uma vasta acção de repressão policial e militar contra as forças nacionalistas. Em Junho de 1962, mais de 2000 patriotas suspeitos de nacionalismo tinham sido presos em todo o país. Várias aldeias foram queimadas e as suas populações massacradas. Dezenas de compatriotas foram queimados vivos ou afogados nos rios. Nas prisões, a tortura fizera dezenas de vítimas. A dialéctica da repressão tinha galvanizado a determinação do nosso povo em luta. Algumas escaramuças tinham já tido lugar entre patriotas armados e as forças de repressão colonialista.

Face a uma tal situação, acreditámos então que só uma intervenção adequada e eficaz da ONU, a favor dos direitos inalienáveis do nosso povo, saberia levar o governo português a respeitar a moral e a legalidade internacional do nosso tempo.

Alguns poderão, à luz dos acontecimentos posteriores, considerar que éramos então ingénuos. Pensámos que era nosso dever dirigirmo-nos à organização internacional. Foi num tal contexto que julgámos indispensável apresentarmo-nos à IV Comissão. A nossa mensagem foi, de facto, o apelo de um povo confrontado com uma situação particularmente difícil, mas determinado a pagar o preço necessário para a reconquista da sua dignidade e da sua liberdade. A nossa mensagem foi igualmente uma prova de confiança na força dos princípios e na capacidade de acção da ONU.

"Já suportámos demasiados sacrifícios, mas estamos decididos a aceitar ainda mais para reconquistar a nossa liberdade e a nossa dignidade de homens, quaisquer que sejam os caminhos a seguir"

Que dissemos então perante a IV Comissão?

Em primeiro lugar definimos claramente as razões e os objectivos da nossa presença perante a ONU. Dissemos isto:

"Estamos aqui como representantes do povo africano da Guiné 'portuguesa' e das ilhas de Cabo Verde. O nosso povo confia inteiramente no nosso Partido - o PA IGC - organização que o organizou e mobilizou para a luta de libertação nacional, para a tarefa difícil de liquidar entre nós o colonialismo. O nosso povo está, como sabeis, amordaçado pela ausência total das liberdades fundamentais e pela repressão colonial portuguesa. Considera como seus representantes legítimos, tendo o direito e o dever de falar em seu nome, aqueles que ao longo dos últimos 15 anos da história da África têm defendido os seus interesses de todas as formas possíveis. Viemos aqui a fim de, com base na situação concreta do nosso país e com o apoio das leis internacionais, encontrar convosco e com a própria delegação portuguesa a via mais curta e mais eficaz para acabar urgentemente com o colonialismo português na Guiné e Cabo Verde.

"Para nós, para o nosso povo e para o nosso Partido, chegou a hora de pôr termo às indecisões e às promessas, a hora de tomar decisões definitivas e de praticar actos concretos. Já suportámos demasiados sacrifícios, mas estamos decididos a aceitar ainda mais para reconquistar a nossa liberdade e a nossa dignidade de homens, quaisquer que sejam os caminhos a seguir. Não é por acaso que sá agora considerámos indispensável a nossa presença aqui. Para agir, sobretudo no quadro dos problemas que aqui nos trouxeram, são necessários meios, meios legais, humanos e materiais. Acontece que, no decurso destes últimos anos, estes meios se acumularam tanto para a ONU como para o nosso povo em luta. Estamos convencidos de que chegou o momento de agir e que as Nações Unidas e o nosso povo podem, na realidade, agir. Para isso achamos que uma colaboração estreita e eficaz é indispensável. Nós temos o direito e o dever de ajudar a ONU, para que ela nos ajude a conquistar a nossa liberdade e a nossa independência nacional. A nossa ajuda reside sobretudo na informação concreta sobre a situação do nosso país, na definição clara da nossa posição, na apresentação de propostas concretas para a solução do nosso caso".

Depois de se ter exposto a situação prevalectente no país, principalmente no que dizia respeito ao recrudescimento da repressão policial e militar, ao carácter falso das chamadas 'reformas' adoptadas pelo governo português em Setembro de 1961 e às perspectivas do desenvolvimento da nossa luta, tínhamos então analisado o problema da legalidade ou ilegalidade desta luta. Dispensou-me de relembrar as passagens desta análise e menciono apenas o ponto seguinte:

"A resolução sobre a descolonização não comprometeu unicamente Portugal e o nosso povo a acabar com a dominação colonial entre nós. Comprometeu a própria ONU a fazer todo o possível para acabar com a dominação colonial onde quer que ela se encontre, a fim de facilitar o acesso de todos os povos colonizados à independência nacional. Estamos convencidos de que o governo português não pode continuar impune na prática obstinada de um crime internacional. Estamos igualmente convencidos de que a ONU dispõe de todos os meios necessários para conceber e realizar medidas concretas e eficazes, tanto para fazer respeitar os princípios da Carta, como para impor a legalidade internacional no nosso país e defender os interesses da paz e da civilização".

"Como as nossas propostas não tiveram aceitação favorável, nem da parte do governo português, nem da parte da ONU, as forças patrióticas do nosso país passaram a uma acção generalizada contra as forças colonialistas em Janeiro de 1963"

Numa tal perspectiva e com base numa decisão irrevogável, definimos então as três possibilidades que se ofereciam à evolução e à solução do conflito entre

o governo português e o nosso povo africano. Essas possibilidades eram as seguintes:

- 1) Mudança radical na posição do governo português
- 2) Uma acção concreta e imediata por parte da ONU
- 3) Lutar unicamente com os nossos próprios meios.

Como prova da nossa confiança na organização internacional e tendo em conta a influência certa que alguns dos seus membros podiam exercer sobre o governo português, tínhamos então tomado em consideração apenas as duas primeiras possibilidades e apresentado as propostas que se seguem:

Para a primeira alternativa - Contacto imediato entre a delegação portuguesa e a nossa. Consulta ao governo português para que uma data próxima seja fixada

#### A ESTRATÉGIA DA LUTA

O fim estratégico da nossa luta armada de libertação nacional é, evidentemente, libertar o nosso país do jugo colonial português. É o fim estratégico, em definitivo, de todos os movimentos de libertação nacional que, impelidos pelas circunstâncias, pegam em armas para lutar contra a repressão e a presença colonial. Nós, na nossa luta, baseámos os nossos princípios num conhecimento profundo das condições do nosso país. Por exemplo, decidimos que devíamos começar a luta no interior do país e que não devíamos lutar do exterior, pelo que nunca tivemos forças armadas fora do país. É por isso mesmo que em 1963 desencadeámos a luta armada no centro, no sul e no norte. Isto significa que, contrariamente ao que fazem os povos que lutam em África ou noutros lados pela independência nacional, adoptámos uma estratégia a que poderíamos chamar centrífuga: partir do centro para a periferia. E este facto provocou grande surpresa nos portugueses que tinham concentrado as suas tropas na fronteira da Guiné e do Senegal, pensando que íamos invadir o país do exterior. Mobilizámos o nosso povo, organizámos-lo clandestinamente tanto nas cidades como no meio rural, preparámos os nossos quadros, armámos as poucas pessoas que tínhamos possibilidade de armar, tanto com armas tradicionais como com armas modernas, e iniciámos a nossa acção a partir do centro.

/DOC.-4/

com vista à abertura de negociações entre os seus representantes e os representantes legítimos da Guiné e de Cabo Verde. Até à realização dessas negociações cessarão os actos de repressão por parte das forças coloniais portuguesas e de todas as acções por parte dos nacionalistas.

Para a segunda alternativa - a ajuda da ONU. Aceitação do princípio de que a ONU não será verdadeiramente eficaz se a sua ajuda não for realizada simultaneamente no plano moral, político e material. Propúnhamos então a criação imediata, pela ONU, de um Comité especial para a autodeterminação e independência nacional dos territórios administrados por Portugal. E propúnhamos igualmente que esse Comité pudesse começar os seus trabalhos ainda no decurso daquela própria Sessão. Para terminar, tínhamos declarado que estávamos prontos a dar a melhor colaboração a esse Comité, e proposto que ele tivesse a tarefa de ajudar concretamente o nosso povo a libertar-se urgentemente do jugo colonial.

Como as nossas propostas não tiveram aceitação favorável, nem da parte do governo português, nem da parte da ONU, as forças patrióticas do nosso país passaram a uma acção generalizada contra as forças colonialistas em Janeiro de 1963, para responder, com a nossa luta armada de libertação, à guerra colonial de genocídio desencadeada contra o nosso povo pelo governo de Portugal.

/DOC.-11/

## AS DIFICULDADES DA LUTA

"Não é preciso ir à academia militar para lutar na própria terra, para conquistar a liberdade do seu povo"

As dificuldades da luta foram sobretudo dificuldades inerentes à nossa própria situação de país não-desenvolvido cuja história foi travada pela dominação colonialista, imperialista. Um povo que parte do nada como o nosso, um povo que teve de começar a lutar semi-nu, um povo que tinha 99% de analfabetos (já podem ver o esforço de alfabetização que temos de fazer para criar escolas), um povo que tinha apenas 14 homens com formação universitária, não podia deixar de ter dificuldades para empreender a luta armada.

Além disso havia um problema comum à África mas que estava agravado entre nós: o nosso povo não só era subalimentado como também vítima de numerosas doenças, porqus os portugueses nunca se preocuparam com a criação de uma saúde pública decente. Tudo levantou dificuldades no início da nossa luta.

Uma outra dificuldade é a seguinte: a nossa própria cultura africana, que corresponde à estrutura económica que ainda é a nossa, provocou dificuldades em certos aspectos da luta. Serão coisas que aqueles que julgam a luta do exterior não têm em conta, mas que nós tivemos de tomar em consideração, porque uma coisa é lutar num meio onde todos os homens sabem muito bem o que são a chuva, as cheias, os relâmpagos, a trovoada, o tufão, o tornado, e outra coisa é lutar num meio onde os fenómenos naturais podem ser interpretados como resultado da vontade dos espíritos.

Isto é muito importante numa luta como a nossa. Outra dificuldade é a seguinte: o nosso povo lutou utilizando as armas tradicionais contra a dominação colonial. Mas hoje temos de travar uma guerra moderna. Uma guerra de guerrilhas, mas moderna, com tácticas modernas. Também isso nos criou dificuldades: é necessário formar quadros, preparar combatentes, de modo a adaptá-los a este género de luta. Fomos obrigados a prepará-los no decurso da própria luta, porque não tivemos tempo de criar escolas. Só agora, como sabem, é que temos escolas de combatentes.

Tivemos pois de fazer a aprendizagem da luta armada. Enquanto que os oficiais portugueses, que dirigem a luta portuguesa, saem das academias militares após 7 anos de preparação, além dos cursos de base em que participam, nós tivemos de mobilizar jovens da cidade ou dos campos, alguns deles sem nenhuma instrução, obrigados a adquirir ao longo da luta a experiência necessária para enfrentar os oficiais portugueses. Basta dizer que o governo português se viu obrigado a mudar 5 vezes o Estado Maior no nosso país e que alguns oficiais foram mesmo castigados. Não é preciso ir à academia militar para lutar na própria terra, para conquistar a liberdade do seu povo.

/DOC.-4/

## O PAPEL DA VIOLENCIA

"A via única e eficaz para a realização definitiva das aspirações dos povos, isto é, para a obtenção da liberdade nacional, é a luta armada"

Os factos dispensam-nos de provar que o instrumento essencial da dominação imperialista é a violência. Se aceitamos o princípio segundo o qual a luta de libertação é uma revolução e que esta não acaba no momento em que se iça a bandeira e se toca o hino nacional, veremos que não há, nem pode haver, libertação nacional sem utilização da violência libertadora por parte das forças nacionalistas, para responder à violência criminoso dos agentes do imperialismo. Ninguém duvida de que, quaisquer que sejam as características locais, a dominação imperialista implica um estado de violência permanente contra as forças nacionalistas. Não há povo sobre a terra que, tendo estado submetido ao jugo imperialista (colonialista ou neo-colonialista), tenha conquistado a sua independência (nominal ou efectiva)

sem vítimas. O que importa é determinar quais são as formas de violência que devem ser utilizadas pelas forças de libertação nacional, para responder, não só à violência do imperialismo, mas também para garantir pela luta a vitória final da sua causa: a verdadeira independência nacional.

As experiências vividas por certos povos, a situação actual da luta de libertação no mundo, assim como a situação de violência permanente, ou pelo menos de contradições e de sobressaltos, na qual se encontram certos países que conquistaram a sua independência pela via dita pacífica, demonstram não apenas que os compromissos com o imperialismo são inoperantes, mas ainda que a via normal de libertação nacional, imposta aos povos pela repressão imperialista, é a luta armada.

Creemos não escandalizar esta assembleia ao afirmar que a via única e eficaz para a realização definitiva das aspirações dos povos, isto é, para a obtenção da liberdade nacional, é a luta armada. É essa a grande lição que a história contemporânea da luta de libertação ensina a todos os que estão verdadeiramente empenhados no esforço de libertação dos seus povos.

/DOC.-3/

### MEIO RURAL E MOBILIZAÇÃO DE MASSAS

"Nunca mobilizámos as pessoas com base na luta contra o colonialismo. Isso não dava nada. Falar da luta contra o imperialismo não dava nada entre nós. Em vez disso, falámos uma linguagem directa e acessível a todos"

Queria insistir sobre a condição do nosso meio rural. Fala-se de camponeses mas o termo "camponês" é muito vago. O camponês que lutou na Argélia não é o nosso camponês; o camponês que lutou na China não é o nosso camponês.

Entre nós acontece isto: primeiramente, o colonialista português nem sequer se apropriou das terras; deixou os nossos compatriotas cultivarem eles próprios as terras; não criou empresas agrícolas como fez por exemplo em Angola; não criou concentrações de colonos, como em Angola, onde deslocou grandes massas de africanos para pôr no seu lugar colonos europeus. Nós mantivemos, sob o colonialismo, uma estrutura de base: a terra como propriedade colectiva da aldeia. É um dos tra

#### O DESENVOLVIMENTO DA LUTA

No que diz respeito à evolução da luta propriamente dita enquanto guerrilha, consideramos que a nossa se desenvolve como um ser vivo em que se manifestam etapas sucessivas de crescimento. Muitas vezes uma das etapas é rapidamente ultrapassada, por vezes dura mais tempo. Não forçamos nenhuma etapa; cada vez que uma etapa está esgotada, avançamos mais um pouco. Isso deu uma grande harmonia à nossa luta.

/DOC.-5/

ços importantes que caracterizam o nosso meio rural que, por outro lado, não era directamente explorado pelo colonizador, mas era explorado através do comércio, pela diferença entre os preços e o valor dos produtos. Era aí que se encontrava a exploração - não no trabalho directo, como acontecia em Angola com os trabalhadores contratados e outra gente como os empregados das companhias, por exemplo. Isso punha, para a nossa luta, um problema difícil de resolver: provar ao camponês que ele era explorado na sua própria terra.

Não podíamos mobilizar as pessoas dizendo-lhes "A terra deve pertencer a quem trabalha". Porque aqui a terra não falta. Há toda a terra de que se precisa. Era

pois necessário encontrar formas apropriadas para mobilizar os nossos camponeses, em vez de utilizar termos que a nossa gente não podia ainda compreender. Nunca mobilizámos as pessoas com base na luta contra o colonialismo. Isso não dava nada. Falar da luta contra o imperialismo não dava nada entre nós. Em vez disso, falámos uma linguagem directa e acessível a todos:

Porque lutamos nós? Quem és tu? Quem é o teu pai? O que é que lhe aconteceu ao teu pai, até agora? O que é que se passa? Qual é a situação? Já pagaste os teus impostos? O teu pai já pagou os seus impostos? O que é que já viste desses impostos? Quanto ganhas com o teu cânhamo? Já pensaste no que lucras com o teu cânhamo? E o trabalho que ele custou à tua família? Quem é que já esteve preso? Tu já estiveste preso?

É com esta base que se fez a mobilização.

Vais trabalhar na estrada. Quem te dá a ferramenta para trabalhar? És tu que a dás. Quem te dá a comida? És tu que a dás. Mas quem anda pela estrada? Quem é que tem um carro? E a tua filha, que foi violada por fulano - achas isso bem?

Para entusiasmar alguns elementos, servimo-nos inclusivamente de certos casos concretos que as pessoas conheciam: indivíduos que tinham sido tocados porque o colonialismo tinha agido mal, mas que não sabiam o que era o colonialismo português.

Na nossa mobilização evitámos tudo o que possa ser generalidade, frases feitas. É um dos aspectos que consideramos muito importante, no nosso caso concreto, porque partimos da realidade concreta do povo. Evitámos que o camponês pudesse pensar que éramos gente estranha que lhe vinha dar lições; colocávamo-nos na posição de pessoas que vinham aprender com o camponês e finalmente o camponês descobria pouco a pouco porque é que as coisas correm tão mal. Ele chega assim a compreender que há uma terrível exploração e que é ele quem paga tudo, incluindo os benefícios de quem vive na cidade. Isto prova a necessidade que tem cada povo de encontrar a sua própria fórmula de se mobilizar para a luta.

/DOC.-5/

### QUESTÕES TRIBAIS

"Tivemos dificuldades em criar no nosso povo uma consciência nacional e é a própria luta que cimenta esta consciência nacional"

Quanto às questões tribais, a nossa opinião a esse respeito é bastante diferente da de outros. Consideramos que, quando os colonos chegaram a África, a estrutura tribal estava já em vias de se desagregar, a partir da evolução económica e dos acontecimentos históricos no quadro africano. Não se pode dizer que hoje a África seja tribal. Há ainda em África restos de tribalismo, particularmente na mentalidade das pessoas, mas não na estrutura económica propriamente dita. Por outro lado, se o colonialismo fez alguma coisa positiva foi a destruição em grande parte dos restos de tribalismo que subsistiam em diferentes sítios do nosso país.

Por isso não tivemos grandes dificuldades no plano tribal. Tivemos dificuldades em criar no nosso povo uma consciência nacional e é a própria luta que cimenta esta consciência nacional. Mas em geral, qualquer que seja o grupo étnico a que pertençam, é fácil levar as pessoas a considerar que somos um povo, uma nação que deve lutar contra a dominação portuguesa, porque nós não recorremos a frases feitas, nem à luta contra o colonialismo, contra o imperialismo, mas a coisas concretas. É uma luta para ter pão, para ter terra, mas livremente. Uma luta para ter escolas, para que as crianças não sofram, para ter hospitais. É isso a nossa luta. É também uma luta para mostrar à face do mundo que somos gente com dignidade, com a sua personalidade própria. Foram estas as razões que arrastaram o nosso povo.

Também sabemos que o que subsistia de tribalismo foi destruído pela luta armada que conduzimos. Por outro lado, devemos insistir no facto de o povo africano (tanto no nosso país como no Congo, onde se produziram coisas terríveis do ponto de vista tribal) não é tribalista. Só os oportunistas políticos são tribalistas.

"Um homem novo está em vias de nascer no nosso chão. Uma mulher nova está em vias de se formar no nosso chão"

Quanto ao nosso país, fazemos questão de acrescentar que a luta armada não só liquidou os resíduos de ideias tribais que ainda podiam subsistir, mas está ainda em vias de transformar completamente o nosso povo. (...) Um homem novo está em vias de nascer no nosso chão. Uma mulher nova está em vias de se formar no nosso chão. E se tiverem ocasião de falar com as nossas crianças, podem ver que as crianças das nossas escolas já têm uma consciência política, patriotismo, e querem lutar pela independência do nosso país. Uma consciência que faz com que se entendam uns com os outros, um sentimento de unidade nacional e de unidade ao nível africano.

/DOC.-4/

A GRANDE CONQUISTA - UMA SOCIEDADE NOVA

"O maior êxito do nosso combate é o facto de, ao mesmo tempo que nos batemos, termos sido capazes de começar a construir uma vida nova, política, administrativa, económica, social e cultural, nas regiões libertadas"

Para o nosso povo e para o seu Partido Nacional, o êxito mais importante da nossa luta não reside no facto de, a despeito das condições particularmente difíceis afrontadas pelo nosso povo, termos sido capazes de nos batermos vitoriosamente contra as tropas colonialistas portuguesas. O maior êxito do nosso combate é o facto de, ao mesmo tempo que nos batemos, termos sido capazes de começar a construir uma vida nova, política, administrativa, económica, social e cultural, nas regiões libertadas. É certo que é ainda uma vida dura, porque exige de nós muitos esforços e sacrifícios face à realidade de uma guerra colonial de genocídio. Mas uma vida cheia de beleza, porque é feita de trabalho produtivo eficaz, de liberdade, de democracia, da dignidade reconquistada do nosso povo.

Com efeito, estes dez anos de luta não só forjaram uma nação africana nova e sólida, como também fizeram nascer um homem novo e uma mulher nova, seres humanos conscientes dos seus direitos e dos seus deveres, no solo da nossa pátria africana. Podemos mesmo afirmar que o resultado transcendente da nossa luta, e que é ao mesmo tempo a sua força principal, é a consciência nova que caracteriza presentemente os homens, as mulheres e as crianças do nosso país.

É que ninguém se espante se ousamos afirmar que não nos sentimos orgulhosos pelo facto de em cada dia, e por força das circunstâncias criadas ou impostas pelo governo português, sucumbirem ingloriamente grande número de jovens portugueses, sob o fogo dos nossos combatentes. Estamos orgulhosos, sim, da consciência nacional das nossas populações, da unidade do povo forjada na luta, do desabrochar simultâneo das culturas dos diversos grupos étnicos, das escolas, dos hospitais, dos postos sanitários que funcionam em pleno dia apesar dos bombardeamentos e dos assaltos dos colonialistas. (...) Estamos orgulhosos por ver milhares de adultos alfabetizados, por verem os camponeses utilizarem comprimidos e outros medicamentos muito simples, mas que até aqui nunca tinham tido a sorte de conhecerem; por termos formado, no decurso da luta, 497 quadros superiores, médios e profissionais; pelo facto de neste momento 495 rapazes e raparigas frequentarem escolas superiores, médias e profissionais em países da Europa, enquanto 15.000 crianças escolarizadas frequentam 156 escolas primárias e 5 escolas secundárias, internas e semi-internas, onde o ensino lhes é ministrado por 251 professores e professoras.

Fazemos questão de reafirmar perante vós esta certeza: nenhuma força do mundo será capaz de evitar a libertação total do nosso povo e a conquista da independência nacional do nosso país. Reafirmamos igualmente o carácter indestrutível da unidade do nosso povo africano da Guiné e Cabo Verde, assim como a nossa determinação inquebrantável de libertar do jugo colonial e da ocupação militar portuguesa todas as parcelas do nosso território nacional.

/DOC.-11/

## SITUAÇÃO DA MULHER

Queremos salientar particularmente o facto de que a mulher no nosso país está a conquistar uma independência pela qual muita gente lutou sem a alcançar. Puderam ver que os responsáveis, tanto dos comités de tabancas como dos comités regionais, e mesmo os responsáveis a nível superior com os comités inter-regionais, são muitas vezes mulheres responsáveis, mulheres conscientes do seu valor, conscientes do seu papel no seio do nosso Partido e pode-se dizer que no nosso Partido, em todos os níveis a mulher está presente.

/DOC.-4/

## 2 a arma da teoria

### A LUTA DE CLASSES

"Se é verdade que uma revolução pode falhar mesmo alimentada por teorias perfeitamente concebidas, ainda ninguém realizou uma revolução vitoriosa sem teoria revolucionária"

Apresentamos aqui a nossa opinião sobre os fundamentos e os objectivos da libertação nacional em relação com a estrutura social. Esta opinião é-nos ditada pela nossa experiência na luta e pela apreciação crítica de outras experiências. Aqueles que virem nela um carácter teórico, basta-nos lembrar que toda a prática engendra uma teoria. E que, se é verdade que uma revolução pode falhar, mesmo alimentada por teorias perfeitamente concebidas, ainda ninguém realizou uma revolução vitoriosa sem teoria revolucionária.

Os que afirmam - e com razão - que a força motora da história é a luta de classes, estariam certamente de acordo para rever esta afirmação, a fim de a precisar e de lhe dar um campo de aplicação ainda mais vasto, se conhecessem mais profundamente as características essenciais de certos povos colonizados, quer dizer dominados pelo imperialismo. Com efeito, na evolução geral da humanidade e de cada um dos povos que a compõem, as classes não aparecem nem como fenómeno generalizado e simultâneo na totalidade destes grupos, nem como um todo acabado, perfeito, uniforme e espontâneo. A definição de classes, no seio de um ou vários grupos humanos, é uma consequência fundamental do desenvolvimento progressivo das forças produtivas e das características da distribuição das riquezas produzidas por este grupo ou confiscadas a outros grupos. Quer dizer que o fenómeno sócio-económico "classe" surge e desenvolve-se em função de, pelo menos, duas variáveis essenciais e interdependentes: o nível das forças produtivas e o regime de propriedade dos meios de produção. Este desenvolvimento opera-se lentamente, gradualmente e de modo desigual, por variações quantitativas e geralmente pouco perceptíveis das componentes fundamentais, processo que, a partir de um certo grau de acumulação, atinge um salto qualitativo traduzido na aparição de classes e no conflito entre as classes.

Factores exteriores a um dado conjunto sócio-económico em movimento podem influenciar de maneira mais ou menos significativa o processo de desenvolvimento das classes, acelerando-o, travando-o, ou mesmo provocando regressões. Quando, por qualquer razão, cessa a influência destes factores, o processo retoma a sua independência, e o seu ritmo determina-se então, não só pelas características internas específicas do conjunto, mas também pela resultante do efeito sobre ele produzido pela acção temporária dos factores exteriores. No plano estritamente interno, o ritmo do processo pode variar, mas permanece contínuo e progressivo. Os



progressos bruscos só são possíveis em função de alterações violentas - mutações - do nível das forças produtivas ou do regime de propriedade. A estas transformações violentas operadas no interior do processo de desenvolvimento das classes, como resultado de mutações surgidas ao nível das forças produtivas ou no regime de propriedade, convencionou-se designar em linguagem económica e política: revoluções.

Verifica-se por outro lado que as possibilidades deste processo são influenciadas de modo apreciável por factores exteriores, em particular pela interacção dos conjuntos humanos, consideravelmente acrescida pelo aperfeiçoamento dos meios de transporte e de comunicação criados no mundo pela humanidade, eliminando o isolamento entre os grupos humanos de uma mesma região, entre as regiões de um mesmo continente e entre os continentes. Este progresso característico de uma longa fase histórica que começou com a invenção do primeiro meio de transporte, já era mais evidente no tempo das viagens púnicas e na colonização grega, e acentuou-se com os descobrimentos marítimos, a invenção da máquina a vapor e a descoberta da electricidade. E nos nossos dias, com a domesticação progressiva da energia atómica, é possível prometer, não digo semear o homem pelas estrelas, mas pelo menos humanizar o universo.

"O nível das forças produtivas, elemento determinante essencial do conteúdo e da fórmula da luta de classes, é a verdadeira e permanente força motora da história"

Tudo isto permite levantar a seguinte questão: será que a história só começa a partir do momento em que se desenvolve o fenómeno "classe" e por consequência a luta de classes? Responder afirmativamente seria situar fora da história todo o período de vida dos grupos humanos que vai da descoberta da caça, e posteriormente da agricultura nómada e sedentária, até à criação dos rebanhos e à apropriação privada da terra. Seria então também - o que nos recusamos a aceitar - considerar que muitos grupos humanos da África, da Ásia e da América Latina, viviam sem história, no momento em que foram submetidos ao jugo do imperialismo. Seria considerar que a população dos nossos países, tais como os Balantas da Guiné, os Koaniamas de Angola e os Macondes de Moçambique, vivem ainda hoje - se abstrairmos das ligeiras influências do colonialismo às quais foram submetidos - fora da história ou sem história.

Esta recusa, baseada aliás no conhecimento concreto da realidade sócio-económica dos nossos países e na análise do processo de desenvolvimento do fenómeno "classe", leva-nos a admitir que, se a luta de classes é a força motora da história, só o é num certo período dado. Isto quer dizer que antes da luta de classes - e necessariamente após - um factor, ou factores, foi e será o motor da história. Admitimos sem custo que este factor da história de cada grupo humano é o modo de produção - o nível das forças produtivas e o regime de propriedade - que caracteriza esse agrupamento. Mais ainda, como se viu, a definição de classe e a luta de classes são elas próprias o efeito do desenvolvimento das forças produtivas conjugadas com o regime de propriedade dos meios de produção. Parece-nos pois correcto concluir que o nível das forças produtivas, elemento determinante essencial do conteúdo e da fórmula da luta de classes, é a verdadeira e permanente força motora da história.

Se aceitamos esta conclusão, desfazem-se as dúvidas que perturbavam o nosso espírito. Porque, se de um lado verificamos que está garantida a existência da história antes da luta de classes e evitamos assim reduzir alguns grupos humanos dos nossos países - e talvez do nosso continente - à triste condição de povo sem história; por outro lado, pomos a claro a continuidade da história, mesmo após o desaparecimento da luta de classes ou das próprias classes. (...) A eternidade não é deste mundo, mas o homem sobreviverá às classes e continuará a produzir e a fazer a história, já que não se pode libertar do fardo das suas necessidades, das suas mãos e do seu cérebro, que estão na base do desenvolvimento das forças produtivas.

## O IMPERIALISMO

"A luta de libertação dos povos coloniais é a característica essencial, diríamos o motor principal, da marcha da história na nossa época"

O imperialismo ou a etapa monopolista do capitalismo não pôde escapar às suas próprias contradições e, pela violência, as potências vitoriosas da I Guerra Mundial procederam a uma nova repartição do globo, caracterizada sobretudo pelo reforço da posição colonial da Inglaterra e de França, pela exclusão da Alemanha da exploração directa dos povos e dos países ditos atrasados.

Na fase final deste conflito, a vitória da Revolução de Outubro e a implantação definitiva do socialismo sobre um sexto da superfície do globo desferiram o primeiro grande golpe no imperialismo.

Privado dos recursos das matérias primas e dos lucros, o capital financeiro alemão, aliado ao capital italiano e ao capital japonês, tentou resolver o problema pela via mais curta: colonizar os seus próprios vizinhos europeus. A II Guerra Mundial foi o resultado dos antagonismos que caracterizam o desenvolvimento do imperialismo, mas veio influenciar de modo decisivo o destino dos outros povos, particularmente o dos povos africanos.

### ÁFRICA

Em relação à África, somos pela colaboração fraterna entre os povos africanos, contra os nacionalismos estreitos que não servem os verdadeiros interesses do povo. Uma análise geográfica, histórica e mesmo étnica da África permite admitir que estão em desenvolvimento no continente novas formas de existência económicas, políticas e sociais. Através das contradições e mesmo dos conflitos, estas novas formas ainda embrionárias, definir-se-ão progressivamente na sua estrutura e talvez na sua originalidade.

/DOC.-1/

A par do reforço do campo socialista, uma outra característica essencial do nosso tempo, os povos dependentes despertaram para a luta de libertação, e assim se iniciou a fase final da liquidação do imperialismo. Uma vez que a resolução final deste novo conflito pode exigir um maior ou menor prazo, está fora de dúvida que, mais ainda que a luta de classes nos países capitalistas e o antagonismo entre estes países e o mundo socialista, a luta de libertação dos povos coloniais é a característica essencial, diríamos o motor principal, da marcha da história na nossa época: é nesta luta, neste conflito em três continentes, que se integra a nossa luta de libertação nacional contra o colonialismo português.

/DOC.-1/

## O NEO-COLONIALISMO

"O fenómeno neo-colonialista mostrou-nos que não se pode duvidar da relação estreita que existe entre a nossa luta e a luta da classe operária internacional"

Após a II Guerra Mundial, o imperialismo entra numa nova fase: por um lado, adopta uma nova política de auxílio, concedendo a independência aos países ocupados, por outro lado concentra os investimentos preferenciais nos países europeus.

Esta atitude constituiu uma tentativa de racionalização do imperialismo que provocará a prazo mais ou menos longo, se é que não desde já, reacções de tipo na

cionalista nestes mesmos países europeus. Como vemos, o neo-colonialismo (a que podemos chamar imperialismo racionalizado) constitui uma derrota, ainda mais para a classe operária internacional do que para os povos colonizados.

O colonialismo age agora em duas frentes ao mesmo tempo: em África e na Europa. O intuito essencial do auxílio que ele nos concede é o de criar uma falsa burguesia destinada a travar a revolução e o de alargar as possibilidades desta burguesia para que ela se comporte como neutralizante. Quanto aos investimentos de capitais no Ocidente (França, Itália, etc.) visam, na nossa opinião, o desenvolvimento e a consolidação da aristocracia operária e o alargamento do campo de acção da pequena burguesia, seguindo-se em consequência um notável "atraso" da revolução. Consideramos que os problemas devem ser analisados nesta perspectiva. Queria afirmar mais uma vez que o imperialismo ou "capitalismo em putrefacção", com o fim de se perpetuar, utilizará o instrumento neo-colonialista para fazer e desfazer Estados; em seguida, matará os fantoches, quando estes se tornarem inúteis, e criará, se for caso disso, um socialismo que alguns se apressarão a chamar neo-socialismo.

O fenómeno neo-colonialista mostrou-nos que não se pode duvidar da relação estreita que existe entre a noea luta e a luta da classe operária internacional; mas antes de encetar uma aproximação entre o nosso campesinato e o movimento operário internacional, impunha-se primeiro tentar multiplicar os contactos entre este campesinato e os nossos próprios assalariados. A situação colonial já antiga da América Latina e a posição do proletariado norte-americano ilustram bem a ausência de tais contactos.

"Na Guiné nós lutamos de armas na mão; lutei, também vós, não digo de armas na mão, não digo de que modo, porque o problema é vosso; mas é preciso encontrar o meio e a forma de lutar contra o inimigo comum; será a melhor prova de solidariedade de que nos podeis dar"

Pensamos também que a esquerda europeia e os movimentos operários internacionais deveriam reconhecer as suas responsabilidades intelectuais no estudo e na análise da situação concreta dos nossos países. Trata-se precisamente de um contributo necessário, porque nos faltam instrumentos para a nossa própria análise. Além disso, impõe-se apoiar materialmente os movimentos de libertação autenticamente revolucionários. Em resumo: estudo e análise dos movimentos, luta por todos os meios possíveis contra tudo o que possa ser utilizado para a repressão contra os nossos povos. Penso em particular na expedição e na venda de armas, etc. Queria, por exemplo, que os amigos italianos soubessem que apreendemos aos portugueses muitas armas italianas, sem falar, naturalmente, das armas francesas. É preciso ainda desmascarar corajosamente todos os movimentos de libertação nacional submetidos ao imperialismo (...).

Creio também que são a esquerda e os movimentos operários internacionais que devem chamar à responsabilidade os Estados que reivindicam o socialismo, e denunciar abertamente todos os Estados neo-colonialistas.

Penso que é bom lembrar à esquerda ocidental, e mais particularmente aos seus elementos jovens, que ela se deve preparar para uma actividade militante simultaneamente de estudo e de acção concreta nos países do terceiro mundo (...).

Queria para concluir acrescentar algumas palavras sobre a solidariedade entre os movimentos operários internacionais e a nossa luta de libertação nacional. Das duas, uma: ou admitimos que cada um está interessado na luta contra o imperialismo, ou recusamos admiti-lo. Se é verdade, como tudo leva a crer, que existe um imperialismo cujo objectivo é, ao mesmo tempo, dominar a classe operária mundial e abafar os movimentos de libertação nacional dos países subdesenvolvidos, devemos ver nele um inimigo comum contra o qual temos de lutar em conjunto. É vão discutir longamente sobre a solidariedade, pois que de facto se trata de luta. Na Guiné nós lutamos de armas na mão; lutei também vós, não digo de armas na mão, não digo de que modo, porque o problema é vosso; mas é preciso encontrar o meio e a forma de lutar contra o inimigo comum; será a melhor prova de solidariedade que nos podeis dar.

Existem naturalmente outras formas secundárias de solidariedade: publicação de artigos, envio de medicamentos, etc; posso-vos assegurar que se um dos vossos países conseguir travar uma luta consequente e se, amanhã, na Europa, vos encontrardes em conflito aberto contra o imperialismo, também nós vos enviaremos medicamentos. Mas também aí cabe a vós decidir se a coexistência pacífica representa ou não uma forma de luta: só pedimos que nunca se confunda estratégia geral de luta e tática de luta.

/DOC.-2/

#### ANTI-COLONIALISMO E ANTI-IMPERIALISMO

Libertar-se da dominação estrangeira não é o único desejo do nosso povo. Ele aprendeu pela experiência e sob a opressão colonial que a exploração do homem pelo homem é o maior obstáculo ao desenvolvimento e ao progresso de um povo, para além da libertação nacional. Esse povo está determinado a participar activamente na construção de um África nova, realmente independente e progressista, fundada no trabalho e na justiça social, na qual a potência criadora dos nossos povos, abafada durante séculos, possa encontrar a sua mais livre e construtiva expressão.

Estamos conscientes do facto de que a nossa vitória não será fácil. Temos uma experiência multiseccular sobre a natureza do nosso inimigo e as particularidades que o caracterizam em relação às outras forças colonialistas. Embora ele esteja isolado, não devemos esquecer que dispõe ainda de forças de destruição muito superiores às nossas e que, de maneira aberta ou secreta, é ajudado e sustentado por outras forças inimigas da liberdade e do progresso dos povos africanos.

Por isso, lutamos também contra o imperialismo mundial.

/DOC.-1/

#### =====

#### O PAPEL DA CULTURA NA LUTA PELA INDEPENDÊNCIA

#### =====

"As massas populares são portadoras de cultura, elas são a fonte da cultura e, ao mesmo tempo, a única entidade verdadeiramente capaz de preservar e de criar a cultura, de fazer história"

O facto dos movimentos de independência serem, em geral, marcados, mesmo na sua fase inicial, por um surto de manifestações de carácter cultural, fez admitir que esses movimentos são precedidos de um "renascimento cultural" do povo dominado. Vai-se mesmo mais longe, admitindo que a cultura é um método de mobilização de grupo, portanto uma arma na luta pela independência.

A partir da experiência da nossa própria luta e, pode dizer-se, de toda a África, achamos que se trata de um conceito muito limitado, senão errado, do papel primordial da cultura no desenvolvimento do movimento de libertação. Ele decorre, pensamos, da generalização incorrecta de um fenómeno real mas restrito, que se situa a um certo nível da estrutura vertical das sociedades colonizadas - ao nível das elites ou das diásporas coloniais. Generalização que ignora ou despreza este dado essencial do problema: o carácter indestrutível da resistência cultural das massas populares face à dominação estrangeira.

Reprimida, perseguida, humilhada, traída por um certo número de categorias sociais comprometidas com o estrangeiro, refugiada nas aldeias, nas florestas e no espírito das vítimas da dominação, a cultura sobrevive a todas as tempestades,

para retomar, graças às lutas de libertação, toda a sua faculdade de desenvolvimento. É por isso que o problema do "regresso às fontes" ou do "renascimento cultural" não se põe, nem teria razão de se pôr, para as massas populares: porque elas são portadoras de cultura, elas são a fonte da cultura e, ao mesmo tempo, a única entidade verdadeiramente capaz de preservar e de criar a cultura, de fazer história.

Quando, por iniciativa de uma minoria da pequena burguesia autóctone aliada às massas populares indígenas, se inicia o movimento de pré-independência, as mas sas não têm nenhuma necessidade de afirmar ou de reafirmar a sua identidade, que elas nunca confundiram nem saberiam confundir com a do poder colonial. No entanto a reafirmação duma identidade distinta da do poder colonial, necessidade apenas sentida pela pequena burguesia autóctone, diz apenas respeito a uma minoria, enquanto uma outra minoria afirma, muitas vezes sem êxito, a identidade da classe estrangeira dominante, enquanto a maioria silenciosa se debate na indecisão.

Uma parte da minoria burguesa empenhada no movimento de pré-independência utiliza os dados culturais estrangeiros para exprimir, fazendo apelo principalmente à literatura e às artes, mais a descoberta da sua identidade do que os sofrimentos das massas populares que lhe servem de tema. E como ela emprega precisamente a linguagem e a língua do poder colonial, só excepcionalmente consegue in flu en ci ar as massas populares, geralmente iletradas e familiarizadas com outras formas de expressão artística. Este facto não diminui, no entanto, o valor da con tri bu i ç ã o desta pequena minoria burguesa para o desenvolvimento da luta, pois ela consegue influenciar quer uma parte dos indecisos ou dos retardatários da sua pr ó p ri a categoria social, quer uma secção importante da opinião pública da metrópole colonial, principalmente o grupo dos intelectuais.

A outra parte da pequena burguesia que se empenha ab initio no movimento de pré-independência, encontra na sua participação imediata nas lutas de libertação e na sua integração nas massas o melhor meio de exprimir uma identidade distinta da do poder colonial.

É por isso que a identificação com as massas populares e a reafirmação da identidade podem ser temporárias ou definitivas, aparentes ou reais, face aos esforços e aos sacrifícios quotidianos exigidos pela luta. Luta essa que, sendo uma expressão política organizada de uma cultura, é também e necessariamente uma prova não somente de identidade mas também de dignidade.

"A luta de libertação é, acima de tudo, um acto de cultura"

Acontece que a cultura é o próprio fundamento do movimento de libertação e que apenas podem mobilizar-se, organizar-se e lutar as sociedades que preservam a sua cultura. Esta, qualquer que sejam as características ideológicas ou idealistas da sua expressão, é um elemento essencial do processo histórico. É nela que reside a capacidade de elaborar ou de fecundar os elementos que asseguram a continuidade da história e determinam, ao mesmo tempo, as possibilidades de progresso ou de regressão de um sociedade. Compreende-se assim que, sendo a dominação im pe ri al i s t a a negação do processo histórico da sociedade dominada, ela seja necessariamente a negação do seu processo cultural. Também - e porque uma sociedade que se liberta verdadeiramente do jugo estrangeiro retoma os caminhos ascendentes da sua própria cultura, a qual se alimenta da realidade viva do meio e nega tanto as influências nocivas como toda a espécie de sujeição às culturas estrangeiras - a luta de libertação é, acima de tudo, um acto de cultura.

A cultura, fundamento e fonte de inspiração da luta, começa a ser influenciada por esta e essa influência reflecte-se, de modo mais ou menos evidente, na evolução do comportamento das categorias sociais e dos indivíduos e no desenrolar da própria luta.

Tanto os dirigentes do movimento, na maioria originários dos centros urbanos (pequena burguesia e trabalhadores assalariados), como as massas populares (cuja esmagadora maioria é constituída por camponeses) melhoram o seu nível cultural: adquirem um maior conhecimento das realidades do país, libertam-se dos complexos e dos preconceitos de classe, ultrapassam os limites do seu universo, destroem as barreiras étnicas, consolidam a sua consciência política, integram-se mais profundamente no seu país e no mundo, etc.

"Para que a cultura desempenhe o papel que lhe cabe no movimento de libertação, este deve estabelecer com precisão os objectivos a atingir para que o povo que representa e dirige reconquiste o direito a ter a sua própria história e a dispôr livremente das suas forças de produção, com vista ao desenvolvimento ulterior de uma cultura mais rica, profunda, nacional, científica e universal"

Qualquer que seja a sua forma, sabe-se que a luta exige a mobilização e a organização duma maioria importante da população, a unidade política e moral das diversas categorias sociais, a liquidação progressiva dos vestígios da mentalidade tribal e feudal, a recusa das regras e dos tabus sociais e religiosos incompatíveis com o carácter racional e nacional do movimento libertador, operando ainda muitas outras modificações profundas na vida das populações.

Isto é tanto mais verdadeiro quanto a dinâmica da luta exige ainda a prática da democracia, da crítica e da auto-crítica, a participação crescente das populações na gestão da sua vida, a alfabetização, a criação de escolas e de serviços sanitários, a formação de quadros saídos dos meios rurais e operários, e muitas outras realizações que implicam uma verdadeira marcha forçada da sociedade no caminho do progresso cultural. Isto mostra que a luta de libertação não é só um facto cultural, é também um factor de cultura.

Para que a cultura desempenhe o papel que lhe cabe no movimento de libertação, este deve estabelecer com precisão os objectivos a atingir para que o povo que representa e dirige reconquiste o direito a ter a sua própria história e a dispôr livremente das suas forças de produção, com vista ao desenvolvimento ulterior de uma cultura mais rica, profunda, nacional, científica e universal. O que é importante para o movimento de libertação, não é provar a especificidade ou a não-especificidade da cultura do povo, mas proceder à análise crítica desta cultura, em função das exigências da luta e do progresso, e situá-la, sem complexo de superioridade ou de inferioridade, como uma parcela do património comum da humanidade, com vista a uma integração harmoniosa no mundo actual.

/DOC.-9/

### 3 a política anti.colonial

#### A GUINÉ, PORTUGAL E A ONU

"Se não afirmamos que Portugal se arrisca a uma derrota militar entre nós, é simplesmente porque ele nunca teve nenhuma oportunidade de sair vitorioso. E só podem sofrer derrotas aqueles que têm pelo menos uma oportunidade de ganhar"

Qual é, face a uma tal situação e à nossa determinação, a atitude do governo de Portugal? Até à morte de Salazar, cuja mentalidade arcaica não podia conceber que concessões mesmo fictícias fossem feitas aos africanos, tratou-se apenas de radicalizar a guerra colonial. Ele, Salazar, repetia para quem queria ouvir: "A África não existe" - afirmação que exprime um racismo demente e que também sintetiza na perfeição os princípios e a prática da política colonial portuguesa de todos os tempos - ele não saberia, na sua idade, sobreviver a esta afirmação maior da existência da África, isto é, a resistência armada vitoriosa dos povos africanos face à guerra colonial portuguesa. Salazar era um crente fanático no dogma da superioridade do europeu e da inferioridade do africano. Morreu, como se sabe, com o espinho da África atravessado...

Por outro lado, o seu sucessor Marcelo Caetano é um teórico (professor de Direito Colonial na Faculdade de Direito de Lisboa) e um prático (ministro das Colónias durante vários anos). Ele, Caetano, que pretende como muitas vezes afirma, "conhecer os negros", optou por uma política nova que, nas relações sociais, deve ser a do bom patrão que aperta a mão do seu criado; no plano político, no interior, a da velha tática do pau e da cenoura, no exterior, a de utilizar os argumentos ou as próprias palavras do agressor para o confundir, conservando sempre a sua própria posição. É essa, aliás, a diferença entre o salazarismo de Salazar e o neo-salazarismo de Caetano. Os fins são os mesmos: a perpetuação da dominação branca sobre as massas negras do nosso país (...).

É verdade que a guerra está ainda acesa na Guiné e que devemos ainda fazer sacrifícios para levar a cabo a libertação da nossa pátria, o que aliás acontece já e aconteceu também a outros povos que dispõem de governo próprio e de personalidade jurídica internacional. Mas é também verdade que, graças à solidariedade internacional, dispomos cada dia de maior número de meios eficazes para infligir golpes duros às tropas coloniais portuguesas. E que a determinação do nosso povo, assim como a coragem e a experiência dos nossos combatentes, são cada dia maiores.

E se não afirmamos que Portugal se arrisca a uma derrota militar entre nós, é simplesmente porque ele nunca teve nenhuma oportunidade de sair vitorioso. E só podem sofrer derrotas aqueles que têm pelo menos uma oportunidade de ganhar.

É também porque nós continuamos, como sempre, vinculados aos nossos princípios de paz, de procura do diálogo e da negociação, como termo do conflito que opõe o nosso povo ao governo de Portugal.

Nas ilhas de Cabo Verde, onde alastra de novo a fome, enquanto os colonialistas reforçam a repressão por causa do progresso da nossa acção política, estamos determinados a desenvolver a luta por todos os meios necessários, a fim de libertar o nosso povo africano do jugo colonial português.

Denunciamos perante vós o facto revoltante de o governo de Portugal se aproveitar da fome que grassa no arquipélago para exportar trabalhadores para Portugal e para as outras colónias, a fim de enfraquecer as forças vivas do nosso povo e de tentar assim minar a nossa luta. Fazemos questão em reafirmar que, na base da comunidade de sangue, de história, de interesses e de luta das populações da Guiné e de Cabo Verde, estamos determinados a todos os sacrifícios necessários para libertar o arquipélago do domínio colonial.

"...acelerar o fim da guerra colonial portuguesa e a independência da nossa nação africana, para que esta possa em breve ocupar o lugar que lhe é devido por direito no seio da Comunidade Internacional"

Sr. Presidente, submetemos à apreciação da ONU, por intermédio desta Comissão, as propostas seguintes, baseadas na realidade concreta da vida do nosso povo e em tudo o que dissemos:

1. Diligências junto do governo português a fim de que sejam abertas imediatamente negociações entre os representantes desse governo e o nosso Partido. Propomos que essas negociações tenham como base de trabalho a pesquisa das vias e dos meios mais adequados e mais eficazes para o acesso imediato do nosso povo à independência. No caso de o governo de Portugal responder favoravelmente a tal diligência, poderíamos encarar, ao mesmo tempo, como tomar em consideração os interesses de Portugal no nosso país.

2. Aceitação dos delegados do nosso Partido, com a capacidade de membros associados ou de observadores, em todos os organismos especializados da ONU, como únicos e legítimos representantes do nosso povo, como acontece já em relação à Comissão Económica para a África (C.E.A.).

3. Desenvolvimento de um auxílio concreto desses organismos especializados, especialmente da UNESCO, da UNICEF, da OMS e da FAO, ao nosso povo, no quadro da reconstrução nacional do nosso país.

4. Apoio da ONU, moral e político, a todas as iniciativas que o nosso povo e o nosso Partido decidam empreender para acelerar o fim da guerra colonial portuguesa e a independência da nossa nação africana, para que esta possa em breve ocupar o lugar que lhe é devido por direito no seio da Comunidade Internacional.

Na perspectiva de estas propostas serem seriamente consideradas, lançamos um veemente apelo a todos os Estados membros da ONU, em particular aos aliados de Portugal, aos países da América Latina, e muito especialmente ao Brasil, para que compreendam a nossa posição e dêem o seu apoio às aspirações legítimas do nosso povo africano à liberdade, à independência e ao progresso a que tem direito.

/DOC.-11/

#### NEGOCIAÇÕES ?

No que respeita às possibilidades de negociações, podemos dizer que a nossa luta tem um objectivo político; não fazemos a guerra porque somos guerreiros ou porque gostamos dela. Fazemo-la porque somos obrigados a isso para conquistar os nossos direitos humanos, os nossos direitos de nação, de povo africano que quer a sua independência; mas o objectivo da nossa guerra é um objectivo político, isto é, a libertação total do nosso povo da Guiné e Cabo Verde, a conquista da nossa independência nacional e da nossa soberania, tanto internamente como no plano internacional. Por isso estamos interessados se - hoje, amanhã, em qualquer altura - os colonialistas portugueses pressionados pelas nossas forças armadas, pela luta heroica do nosso povo, vierem a reconhecer que chegou o momento de se sentarem a uma mesa e discutirem connosco, estamos prontos a entabular a discussão. Mas as possibilidades de negociação, já que a ONU não foi capaz de levar Portugal a negociar, não dependem senão dos próprios portugueses. Estamos igualmente convencidos de que estas possibilidades dependem do que fizermos no quadro da luta armada. Esta é a nossa posição em relação às possibilidades de negociação com os portugueses e, tendo em vista o que já fizemos, os sacrifícios sofridos pelo nosso povo nesta luta difícil mas vitoriosa, e que a África caminha para a independência total, a nossa posição só pode ser esta: negociar com os portugueses quando eles quiserem, quando eles estiverem prontos a fazê-lo, mas negociar pela independência total e incondicional do nosso povo. Isto não significa que não estejamos interessados, como povo consciente, em estabelecer com Portugal, apesar dos crimes cometidos pelos portugueses no nosso país, as melhores relações de colaboração, de cooperação em termos de igualdade, em absoluta reciprocidade de vantagens, mas também com o maior respeito pela nossa soberania.

/DOC.-4/



CONTRA AS ILUSÕES DA POLITICA PORTUGUESA  
 =====

"O nosso povo africano sabe muito bem que a serpente pode mudar de pele, mas é sempre uma serpente"

Derrotados pela resistência invencível do nosso povo e pelo desenvolvimento da nossa luta, os colonialistas portugueses adoptaram no decurso dos últimos anos uma linguagem e atitudes "novas", mas que não são mais do que velhas manhas de todos os colonialistas. Tudo isto para tentarem enganar-nos e procurarem realizar assim o objectivo principal da política colonial portuguesa. Querem manter, com a sua dominação no país, o nosso povo africano em condição de menoridade histórica, como se ele, incapaz de caminhar pelo seu próprio pé e de se guiar pela sua própria cabeça, precisasse de ser conduzido pelo tutor colonialista através dos "caminhos perigosos da autodeterminação, de liberdade e do progresso".

Com o fim criminoso de pôr em prática os seus planos, e levados por um racismo primitivo e doentio, os colonialistas portugueses começaram a falar da reconstrução de uma "Guiné melhor", fizeram concessões ilusórias que só enganam os ingénuos ou os traidores, prometeram a chamada "autodeterminação sob a bandeira portuguesa", tentaram seduzir os oportunistas com uma autonomia para portugueses de terceiro grau, e foram ainda mais longe: dizem que vão realizar o programa do nosso Partido e têm o descaramento de falar de "revolução social" e de "progresso" da Guiné e de Cabo Verde, coisa que não ousariam fazer em Portugal, onde o povo vive na miséria, na ignorância e no medo, sob a opressão de um regime fascista medieval, velho de quase meio século.

Mas o nosso povo africano sabe muito bem que a serpente pode mudar de pele, mas é sempre uma serpente... Ao longo de dezasseis anos de vida do nosso Partido e de quase dez anos de resistência à guerra colonial por meio de uma luta armada cheia de sucesso - o nosso povo provou já suficientemente a sua maioridade face à história, a sua capacidade de caminhar pelo seu pé, guiado pela sua própria cabeça. Livre e soberano na maior parte do nosso país, decidido a libertar-se totalmente da presença colonial portuguesa, tanto no continente como nas ilhas, enfrentando com coragem as bombas assassinas e os assaltos terroristas dos colonialistas portugueses, o nosso povo votou e votará ao fracasso todas as manobras demagógicas e mentirosas dos colonialistas.

Com efeito, a chamada nova política do ultramar de Marcelo Caetano está condenada, no nosso país, a uma derrota tão grande como as intenções criminosas que a inspiraram. Podemos mesmo dizer que "o feitiço se voltou contra o feiticeiro". Na realidade, não somente esta política não pode desmobilizar nem desmoralizar o nosso povo e os nossos combatentes, como contribuiu mesmo para acelerar a tomada de consciência política de largas camadas sociais dos centros urbanos e das zonas ainda ocupadas pelo inimigo. Se é verdade que um punhado de oportunistas soube tirar o máximo proveito das concessões materiais e sociais que o inimigo é forçado a fazer, é igualmente verdade que as populações das ilhas de Cabo Verde assim como as das aldeias da Guiné ainda ocupadas, estão cada vez mais interessadas na luta, têm confiança no nosso Partido e não escondem o seu patriotismo e a sua adesão crescente à causa da independência do nosso povo.

"A História só reterá com honra os nomes daqueles que, recusando-se a colaborar com o inimigo do nosso povo e da África, dêem a sua contribuição válida ao triunfo da luta"

Porque vivemos o começo de uma nova etapa, mais desenvolvida, da luta pela independência e pelo progresso, faço um apelo a todos os patriotas africanos da Guiné e Cabo Verde para que se unam cada vez mais em torno do nosso Partido, a fim de darem a sua preciosa colaboração ao progresso da luta, quaisquer que sejam as suas convicções políticas ou religiosas, a sua situação social ou cultural.

O nosso povo necessita da colaboração de todos os seus filhos - homens, mu-

lheres, jovens e adultos do nosso país - para realizar plenamente os seus objectivos de independência, de paz e de progresso. Mas a História só reterá com honra os nomes daqueles que, recusando-se a colaborar com o inimigo do nosso povo e da África, dêem a sua contribuição válida ao triunfo da luta.

Nesta perspectiva e nesta certeza, dirijo algumas palavras aos nossos compatriotas que, na Guiné e em Cabo Verde, fazem o seu serviço militar nas forças armadas portuguesas. Ao longo dos últimos meses, um número crescente de elementos das chamadas companhias africanas das tropas colonialistas na Guiné, desertaram para se juntar às nossas fileiras. Este é um facto muito importante que prova que os nossos irmãos africanos que foram enganados ou incorporados à força no exército colonialista, aprenderam muito com a sua própria experiência e estão decididos a sair honrosamente da situação indigna e vergonhosa que os colonialistas lhes criaram. Pagaram com o sangue e com a vida - e com humilhações de toda a espécie - a colaboração com os criminosos colonialistas portugueses, contra os interesses do nosso povo. No decurso de numerosas operações inimigas, nomeadamente nas chamadas "Mar Verde" (agressão contra a República da Guiné), "Safira Solitária" (agressão contra a região libertada de Oio-Morés) e "Rosas Enfadadas" (agressão contra a zona libertada de Tchoquemon, na região dos Manjacos), puderam verificar claramente que os colonialistas querem fazer deles assassinos do nosso povo, carne de canhão a substituir os soldados europeus e cães de guarda tratados com desprezo e abandonados à sua sorte quando soa a hora da derrota.

Encorajo os nossos irmãos africanos do exército colonial na Guiné a reforçarem a sua consciência de patriotas, a tomarem com coragem as suas responsabilidades perante o nosso povo, a recusarem-se a servir de assassinos dos seus próprios irmãos, a desertar em grupo com as suas armas para se juntarem ao nosso Partido e se porem inteiramente ao serviço da luta. Nós, os africanos, não somos, não devemos ser, nem seremos nunca, assassinos do nosso próprio povo, nem cães de guarda dos criminosos colonialistas portugueses.

Sabemos que em Cabo Verde tem havido disputas frequentes e cada vez mais duras entre militares caboverdeanos e europeus do exército colonial. Estamos certos de que estes conflitos serão cada dia mais importantes.

/DOC.-10/

#### APELO AOS PORTUGUESES

"Estamos certos de que a liquidação do colonialismo português arrastará a destruição do fascismo em Portugal"

Os nossos povos fazem a distinção entre o governo colonial fascista e o povo de Portugal: não lutamos contra o povo português. Contudo, a situação objectiva de largas camadas do povo português, oprimidas e exploradas pelas classes dirigentes do seu país, deve fazer-lhes compreender as grandes vantagens que para eles derivarão da vitória dos povos africanos sobre o colonialismo português.

Aos ambientes cultos de Portugal, especialmente aos democratas progressistas, incumbe a tarefa de ajudar o povo português a destruir os vestígios virulentos da ideologia esclavagista e colonialista, os quais determinam numa maneira geral o seu comportamento negativo perante as justas lutas dos povos africanos. Por isso mesmo, os meios intelectuais deveriam também vencer a sua mentalidade imperial, feita de preconceitos e desdém sem fundamento pelo valor e capacidade reais dos povos africanos. Os democratas portugueses serão efectivamente incapazes de compreender as justas reivindicações dos nossos povos enquanto não estiverem convencidos de que a tese da "imaturidade para a autodeterminação" é falsa, e enquanto não se convencerem de que a opressão nunca foi nem será escola de virtudes e aptidões.

É preciso reafirmar claramente que, embora sendo contra toda a espécie de fascismo, os nossos povos não lutam especificamente contra o fascismo português: nós lutamos contra o colonialismo português. A destruição do fascismo em Portugal deverá ser obra do próprio povo português; a destruição do colonialismo português será obra dos nossos próprios povos.

Se a queda do fascismo em Portugal poderia não conduzir ao fim do colonialismo - hipótese aliás admitida por alguns dos líderes da oposição portuguesa - nós estamos certos de que a liquidação do colonialismo português arrastará a destruição do fascismo em Portugal. Através da nossa luta de libertação, nós contri

#### AGORA OS CATÓLICOS SABEM POR QUEM LUTAR

Queria sublinhar que a grande honra prestada ao nosso povo por Sua Santidade, recebendo os dirigentes dos nossos movimentos de libertação, põe agora um problema sobretudo aos católicos de Portugal, àqueles que até agora apoiaram concretamente a guerra colonialista portuguesa.

Nós fazemos decididamente uma distinção entre a hierarquia católica em Portugal e os católicos em geral. Não gostaríamos que fossem parar à prisão, sejam portugueses, sejam africanos, aqueles que defendem a causa da libertação dos nossos povos. Mas a verdade é que até agora a hierarquia católica portuguesa tem-se mostrado, quer através dos órgãos de informação, quer através de todas as manifestações religiosas, favorável à guerra colonialista, a que chamam na sua linguagem "defesa da civilização cristã".

Admiramo-nos muito que se possa defender a civilização cristã massacrando os povos, queimando com napalm as crianças, as mulheres, aldeias inteiras. E desejamos verdadeiramente um gesto que possa convencer a opinião pública portuguesa de que não é essa a posição da Igreja católica romana.

Pela nossa parte, esse gesto foi feito. Recordai que no meu discurso na abertura da nossa Conferência lancei um apelo a Paulo VI que, recebendo-nos ontem no Vaticano, confirmou - de acordo com a encíclica dirigida a todos os povos africanos - que a Igreja está ao lado daqueles que sofrem e sempre lutou a favor da liberdade, da paz e da independência dos povos. Cremos que os católicos, especialmente os portugueses, têm agora uma base muito concreta, além daquele documento, para julgarem, por um lado, aqueles que nos apoiam e, por outro, aqueles que até agora apoiaram a guerra colonialista. Porque estão é contra os princípios e as declarações daquele que é a máxima autoridade da Igreja.

É um facto político, este, de grande importância, mas também um facto moral. No nosso país há mais de um milhão de católicos; se não há mais não é culpa nossa, mas culpa dos missionários portugueses que não nos souberam guiar em mais de cinco séculos. Cremos que os católicos indecisos, angustiados, podem agora apoiar-nos tranquilamente, porque sabem que o Papa é contra tudo aquilo que seja contra a liberdade, a paz e a independência dos povos.

/DOC.-7/

buímos eficazmente para a queda do fascismo português e damos ao povo de Portugal a melhor prova da nossa solidariedade.

Este facto é um motivo de orgulho para os nossos povos, que esperam do povo português a mesma solidariedade, pelo reforço da luta contra o fascismo.

/DOC.-1/

"Lutar contra a guerra colonial é salvar Portugal do sofrimento, da ruína e do perigo que essa guerra cria para a sua própria independência"

Repetimos o que muitas vezes temos afirmado: nós queremos libertar a nossa terra para criar nela uma vida nova de trabalho, justiça, paz e progresso, em colaboração com todos os povos do mundo e muito particularmente com o povo português. O que Marcelo Caetano teme é que o povo português saiba que a Guiné e Cabo Verde serão parcelas de uma África Livre e Independente e qualquer delas aberta a uma colaboração franca e leal com o povo português.

Consta-nos que o governo colonialista português vai enviar para a nossa terra mais 10 mil, 15 mil ou mesmo 20 mil homens, segundo chegam a dizer. Seja qual for o seu número, o governo português não fará mais do que enviar homens para a morte. A isso o povo de Portugal deve opor-se, como deve exigir o regresso dos seus filhos que morrem por uma causa injusta, enquanto na sua própria terra faltam braços jovens para trabalhar a terra, para construir Portugal, para, como dizem os poetas, redescobrir a sua terra.

Nós sabemos, e eu falo como técnico, que Portugal tem condições para oferecer uma vida digna a todos os seus filhos. Esta é que é a pátria que os portugueses têm de defender e engrandecer com os seus esforços e sacrifícios, e nela amam, de certeza, colaborarão connosco na Guiné e em Cabo Verde, para juntos darmos as mãos fraternalmente, baseados na história, baseados na amizade, baseados em tudo quanto nos une.

A missão de acabar com as guerras coloniais confiamos nós que a levará a cabo o povo português, através dos seus operários e camponeses, da sua juventude, dos seus intelectuais progressistas ou anticolonialistas, de todos aqueles, em suma, que respeitam e amam de facto Portugal e sabem que lutar contra a guerra colonial é salvar Portugal do sofrimento, da ruína e do perigo que essa guerra cria para a sua própria independência.

/DOC.-6/

#### AS TRÊS FASES DO PLANO PORTUGUES

"O inimigo está convencido de que a prisão ou a morte do principal dirigente significaria o fim do Partido e da nossa luta"

O objectivo principal do inimigo é o de destruir o nosso Partido, porque em África e no mundo inteiro o seu prestígio e o prestígio dos seus principais dirigentes estão no seu apogeu.

Ele está convencido de que a prisão ou a morte do principal dirigente significaria o fim do Partido e da nossa luta.

Por isso mesmo, o objectivo real dos portugueses na sua tentativa de invasão da República da Guiné (Conakry), em 22 de Novembro de 1970, era o assassinato do secretário geral do Partido... e a destruição da base na rectaguarda da revolução constituída pelo regime de Sékou Touré.

Numa palavra, destruir o Partido agindo no seu interior.

O plano inimigo far-se-á em três fases:

**PRIMEIRA FASE:** Actualmente, muitos compatriotas abandonam Bissau e outros centros urbanos para se juntarem às nossas fileiras. Nesta ocasião, o general Spínola espera poder introduzir agentes (antigos ou novos membros do Partido) nas nossas fileiras.

A sua tarefa: estudar as fraquezas do nosso Partido e tentar provocações apoiando-se no racismo, no tribalismo, opondo os muçulmanos aos não-muçulmanos, etc.

#### SEGUNDA FASE:

1. Criar uma rede clandestina (penetrando, por exemplo, no Partido e nas forças armadas).

2. Criar uma direcção paralela, se possível com um ou dois agentes e alguns dirigentes actuais do Partido (de entre os descontentes).

3. Desacreditar o secretário geral, para preparar a sua eliminação no quadro do Partido ou, se a necessidade se impuser, pela sua liquidação física.

4. Preparar a nova "direcção" clandestina para fazer dela o verdadeiro organismo dirigente do PAIGC.

5. Paralelamente, lançar uma grande ofensiva para aterrorizar as populações dos territórios libertados.

#### TERCEIRA FASE:

a. No caso de falhar a segunda fase, tentar um golpe contra a direcção do Partido, fazendo assassinar o seu secretário geral.

b. Formar uma nova direcção baseada no racismo e opondo guineenses e caboverdeanos, utilizando o tribalismo e a religião (muçulmanos contra não-muçulmanos).

c. Impedir a luta no interior do país, liquidar os que permanecem fieis à linha do Partido.

d. Entrar em contacto com o governo português. Falsa negociação, autonomia interna, criação de um governo fantoche na Guiné-Bissau que seria designada "Estado da Guiné" e faria parte da comunidade portuguesa.

e. P.stos importantes estão prometidos pelo general Spínola a todos os que executarem o plano.

CONCLUSÃO: Devemos reforçar a nossa vigilância para desmascarar e eliminar os agentes do inimigo, para defender o Partido e encorajar a luta armada. Assim poderemos frustrar todos os planos criminosos dos colonialistas portugueses.

O inimigo tentou corromper os nossos homens, mas a esmagadora maioria dos responsáveis contactados não aceitou vender-se, comportaram-se como dignos militantes do nosso Partido e contribuíram mesmo para castigar severamente os portugueses que tentavam comprá-los, como foi o caso dos quatro oficiais, próximos colaboradores de Spínola, liquidados no norte do país.

/DOC.-8/

# 4 último discurso

## MENSAGEM DE ANO NOVO

"A criação da primeira Assembleia Nacional Popular na Guiné é uma vitória transcendente da luta difícil mas gloriosa do nosso povo pela independência"

Camaradas e Compatriotas

Neste momento em que comemoramos um novo ano de vida e de luta e o combate pela independência do nosso povo africano tem dez anos, devo lembrar a todos - militantes, combatentes, responsáveis e dirigentes do nosso Partido - que a hora é de acção e não de palavras. Acção cada dia mais vigorosa e mais eficaz, na Guiné, a fim de infligir as maiores derrotas aos colonialistas portugueses e de lhes retirar todas as pretensões, tão criminosas como vãs, de reconquistar o nosso país. Acção cada dia mais desenvolvida e melhor organizada nas ilhas de Cabo Verde, a fim de fazer passar a luta a uma fase nova, de acordo com as aspirações do nosso povo e os imperativos da libertação total da nossa pátria.

Faço questão, no entanto, de respeitar a tradição dirigindo-vos algumas palavras neste momento em que todos os homens são - aqueles que querem a paz, a liberdade e a felicidade de todos os homens - renovam as suas esperanças e a sua certeza numa vida melhor para a humanidade, na dignidade, na independência e no verdadeiro progresso de todos os povos.

Como cada um sabe, realizámos no ano findo eleições gerais nas regiões libertadas, por sufrágio universal e secreto, para a criação dos Conselhos Regionais e da primeira Assembleia Nacional da história do nosso povo. Em todos os sectores de todas as regiões, as eleições desenrolaram-se num ambiente de grande entusiasmo por parte da população. Os eleitores votaram em massa nas listas que tinham sido elaboradas após oito meses de debates públicos e democráticos, no decurso dos quais foram seleccionados os representantes de cada sector. Uma vez reunidos, os Conselhos Regionais eleitos elegeram, por sua vez, entre os seus membros, os representantes da Assembleia Nacional Popular. Esta terá 120 membros, dos quais 80 foram eleitos entre as massas populares e 40 entre os quadros políticos, militares, técnicos, profissionais e outros, do Partido. Como sabeis, os representantes dos sectores ocupados temporariamente pelos colonialistas foram escolhidos a título provisório.

Hoje o nosso povo africano da Guiné dispõe, portanto, de um novo órgão de soberania, a sua Assembleia Nacional. Esta será, de acordo com a Constituição que estamos em vias de elaborar, o órgão supremo da soberania do nosso povo na Guiné. Amanhã, com o desenvolvimento certo da luta, criaremos igualmente a primeira Assembleia Nacional Popular nas ilhas de Cabo Verde. A reunião conjunta deste dois órgãos formará a Assembleia Suprema do Povo da Guiné e Cabo Verde.

A criação da primeira Assembleia Nacional Popular na Guiné é uma vitória transcendente da luta difícil mas gloriosa do nosso povo pela independência. Ela abre perspectivas novas ao progresso da nossa acção político-militar, ela é o resultado dos esforços e sacrifícios sofridos pelo nosso povo ao longo de dez anos de luta armada, uma prova concreta da soberania do nosso povo e do seu alto grau de consciência nacional e patriótica.

Dirijo, neste momento, calorosas felicitações ao nosso povo, a todos os eleitores que, como homens e mulheres conscientes, souberam desempenhar tão dignamente os seus deveres de cidadãos livres da nossa nação africana; a todos os militantes, responsáveis e dirigentes que, nas comissões eleitorais ou noutros sectores de actividade, deram o seu contributo para a eficácia desta realização que ficará na história do nosso país. Felicito com o mesmo entusiasmo os valorosos combatentes

das nossas forças armadas que, pela sua acção corajosa, criaram em todos os sectores a segurança necessária à realização das eleições, apesar de todas as tentativas criminosas do inimigo colonialista no sentido de as impedir.

Mas uma Assembleia Nacional, como todo o órgão de qualquer corpo vivo, deve poder funcionar para fazer valer a sua existência. Temos então uma tarefa prioritária a desempenhar no quadro da nossa luta, neste novo ano de 1973: devemos fazer funcionar a nossa Assembleia Nacional Popular. E vamos fazê-lo, a fim de realizar completamente as decisões tomadas pelo nosso Partido na reunião do Conselho Superior da Luta, em Agosto de 1971, decisões sustentadas pelo povo com o maior entusiasmo.

"Afirmar perante o mundo que a nossa nação africana, forjada na luta, está irreversivelmente decidida a caminhar para a independência, sem esperar pelo consentimento dos colonialistas portugueses"

No decurso deste ano, e tão depressa quanto possível e conveniente, vamos reunir a Assembleia Nacional Popular da Guiné para que ela realize a primeira missão histórica que lhe compete: a proclamação do nosso Estado, a criação de um executivo para esse Estado e a promulgação de uma Lei Fundamental - a primeira Constituição da nossa história - a qual será a base da existência activa da nossa nação africana. Isto é, representantes legítimos do nosso povo, escolhidos pelas populações e eleitos livremente pelos cidadãos conscientes e patriotas do nosso país, vão proceder ao acto mais importante da sua vida e da vida do nosso povo: o de afirmar perante o mundo que a nossa nação africana, forjada na luta, está irreversivelmente decidida a caminhar para a independência, sem esperar pelo con-

#### A NOVA SITUAÇÃO

Da situação de colónia que dispõe de um movimento de libertação e cujo povo já libertou, no decorrer de dez anos de luta armada, a maior parte do seu território nacional, vamos passar à situação de um país que dispõe do seu Estado e que tem uma parte do seu território nacional ocupada por forças armadas estrangeiras.

/DOC.-12/

sentimento dos colonialistas portugueses, e que, a partir desta afirmação, o Executivo do nosso Estado será, sob a direcção do PAIGC, o único, verdadeiro e legítimo representante do nosso povo para todos os problemas nacionais e internacionais que lhe digam respeito. (...)

Naturalmente, em 1973, deveremos continuar a intensificar o nosso trabalho político no seio das massas populares, tanto nas regiões libertadas como nas zonas ocupadas da Guiné e de Cabo Verde. Sem minimizar o valor do trabalho já realizado nesse domínio e que fez fracassar a política dita da "Guiné melhor", tão mentirosa como apregoada, devemos reconhecer que há alguns sectores onde a acção política é ainda deficiente. Ao longo deste ano devemos empregar todos os esforços necessários para melhorar a nossa acção nesses sectores porque, como sabemos, qualquer que seja a importância da nossa acção armada, a nossa luta é uma luta marcadamente política que visa um objectivo político concreto: a independência e o progresso do nosso país (...).

Nas ilhas de Cabo Verde, os acontecimentos de Setembro de 1972, que constituíram o primeiro recontro entre as populações do arquipélago e as forças de repressão colonial, foram mais uma vez a prova da tensão que a situação política atingiu. Ao felicitar os patriotas da Praia e de Santiago que agiram com coragem e decisão perante a provocação dos colonialistas e dos seus agentes, quero incitá-los a que melhorem cada vez mais a sua organização clandestina e que actuem com segurança e não permitam que o inimigo liquide os quadros nacionalistas, a que se preparem para uma fase nova da nossa luta no arquipélago. Faço questão em afirmar

que a direcção do Partido está mais do que nunca decidida a tudo fazer para o desenvolvimento da luta em Cabo Verde.

"Chamo a atenção dos camaradas para a diversidade de novos problemas que devemos estudar de modo adequado, problemas provenientes das novas perspectivas do desenvolvimento da luta, que se porão com a proclamação do Estado da Guiné"

Depois de termos tido em conta os progressos realizados e a complexidade dos problemas específicos a resolver, torna-se necessário e urgente, a meu ver, proceder a uma modificação realista na estrutura da direcção do Partido a fim de dar a um certo número de camaradas a possibilidade de se dedicarem inteiramente ao desenvolvimento da luta em Cabo Verde. Uma tal modificação será proposta durante a próxima reunião da direcção do Partido.

Sempre no plano político, chamo a atenção dos camaradas para a diversidade de novos problemas que devemos estudar de modo adequado, problemas provenientes das novas perspectivas do desenvolvimento da luta, que se porão com a proclamação do Estado da Guiné: no interior, aperfeiçoamento e desenvolvimento dos serviços administrativos, criação de organismos de controle das nossas actividades, novo recenseamento da população, identificação de todos os elementos que a formam, etc; e no exterior, controle e protecção dos cidadãos emigrados, sua identificação com a correspondente distribuição de passaportes, mobilização para a luta, etc; sem falar do tipo de relações a estabelecer no plano internacional. São, certamente, problemas novos mas muito importantes, que devemos estudar profundamente e resolver a tempo.

As preocupações com a guerra e o trabalho político não devem, no entanto, fazer-nos esquecer ou subestimar a importância das nossas actividades económicas, sociais e culturais, fundamento da vida nova que estamos em vias de criar nas regiões libertadas. Devemos todos, mas principalmente os quadros especializados nestas questões, prestar a maior atenção aos problemas da economia, da saúde, da assistência social, da educação e da cultura, para sermos capazes de enfrentar a nova situação que a luta está em vias de criar. Nesta perspectiva, devemos desde já ocupar-nos dos problemas fundamentais do melhoramento do abastecimento e das condições de vida das populações, dos impostos e do fisco, da nova vida financeira que desejamos estabelecer, da moeda de que nos vamos servir, etc., assim como do tipo de assistência social a desenvolver, com base na experiência já vivida, da escolarização e da formação de novos quadros para a reconstrução nacional e para o progresso do povo (...).

É com tristeza que relembro aqui que ainda neste momento as populações de Cabo Verde se encontram sob a ameaça da fome. Isto por culpa dos colonialistas portugueses que nunca souberam nem quiseram criar no arquipélago um mínimo de condições económicas e sociais que pudessem assegurar a subsistência e uma vida decente às populações, nos anos de seca prolongada. Forçado pelo progresso da luta e pela denúncia feita pelo Partido à opinião pública mundial, o governo colonial fascista de Portugal concedeu empréstimos e subsídios às ilhas de Cabo Verde, a fim de, como dizem os colonialistas, "atenuar a crise", isto é, evitar que morram de fome ao mesmo tempo um número demasiado grande de pessoas, mas sem evitar que os débeis, principalmente as crianças, morram lentamente de fome específica, ou mesmo total.

Mais uma vez levanto a minha voz, em nome da direcção do Partido, para protestar contra tal situação e para denunciar o crime perpetrado pelo governo colonial fascista de Lisboa ao transferir para Portugal 15 a 20 mil jovens caboverdeanos para o trabalho nas minas, para a limpeza das ruas nas cidades principais, para funções de operários não qualificados, provocando deste modo uma hemorragia das forças vivas de Cabo Verde, com o intuito de barrar o caminho ao progresso da nossa luta libertadora. Faço apelo a todos os patriotas caboverdeanos e guineenses residentes em Portugal para que se unam e se organizem, a fim de desenvolverem a sua acção patriótica ao serviço do Partido, do nosso povo e da África.



"1972 foi um ano de grandes e decisivas vitórias do nosso Partido e do nosso povo no plano internacional"

Como todos sabem, 1972 foi um ano de grandes e decisivas vitórias do nosso Partido e do nosso povo no plano internacional. Entre os principais êxitos alcançados, relembro os seguintes:

- A visita, doravante histórica, da Missão Especial das Nações Unidas às regiões libertadas do nosso país, que teve consequências importantes para o prestígio, não só do Partido e da luta, mas também de todos os movimentos de libertação em África (...).

- A resolução do Comité de Descolonização da ONU, na sessão de Abril de 1972, pela qual o nosso Partido foi reconhecido, por aclamação, como sendo o único, verdadeiro e legítimo representante do povo da Guiné e Cabo Verde.

- As resoluções da XXVII Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas que, entre outras decisões importantes, confirmaram o reconhecimento do nosso Partido como sendo o único e legítimo representante do nosso povo africano e pedem a todos os Estados, governos e organizações nacionais e internacionais, assim como às agências especializadas da ONU, para reforçarem a sua ajuda ao nosso Partido e para tratarem sempre com ele e só com ele todos os problemas respeitantes aos povos da Guiné e Cabo Verde.

- A resolução histórica do Conselho de Segurança que, pela primeira vez sob a presidência de uma mulher, a nossa irmã e camarada guineense Jeanne Martin Cissé, adoptou por unanimidade uma resolução que condena o colonialismo português e exige que o governo de Portugal cesse a guerra colonial em África, retire as suas tropas de ocupação e entre em negociações com as forças patrióticas respectivas que, no nosso país, são representadas pelo nosso Partido. Pela primeira vez, na luta política e diplomática contra o colonialismo português, o nosso Partido falou na ONU com o estatuto de observador, e os próprios aliados do governo de Portugal votaram em bloco contra ele no Conselho de Segurança das Nações Unidas (...).

- Para finalizar, relembro as resoluções de solidariedade e de apoio incondicional adoptadas pela Conferência dos Chefes de Estado e de Governo africanos, em Rabat, na qual o nosso Partido foi mais uma vez escolhido como porta-voz de todos os movimentos de libertação em África.

O ano findo foi, de facto, um ano de grandes vitórias no plano internacional, tanto mais que estamos hoje seguros do apoio moral, político e, em certos casos, material, dos Estados africanos independentes, em primeiro lugar dos países vizinhos e irmãos, as Repúblicas da Guiné e do Senegal, assim como de todos os países e forças anti-colonialistas e anti-racistas. Recebemos, ou vamos receber, no decorrer deste ano, ajuda material da União Soviética e de todos os outros países socialistas, bem como da Suécia, da Noruega, da Dinamarca, da Finlândia, de diversos partidos e organizações políticas da Europa, de instituições humanitárias como o Conselho Mundial das Igrejas, a Rowmtree de Inglaterra, o World Church Service dos Estados Unidos, o Secour Populaire francês, a Cruz Vermelha Internacional e ainda de diversos comités de apoio espalhados pelo mundo. Organizações especializadas ou autónomas das Nações Unidas, como a Comissão Económica para a África, a UNESCO, a UNICEF, a OMS, o Alto Comissariado para os Refugiados e a OIT, desenvolvem cada vez mais a cooperação com o nosso Partido e amanhã, certamente, com o nosso Estado.

"O governo colonial fascista de Lisboa e os seus agentes no nosso país apressam-se a tentar modificar a situação antes que estejam completamente perdidos no seu próprio país"

Compreendeis assim porque é que o governo fascista de Marcelo Caetano e os seus representantes no nosso país têm razões para estarem desesperados. E também, sendo gente sem escrúpulos que despreza os interesses e os direitos dos povos, incluindo o nosso próprio povo, porque é que eles recorreram a todos os meios, a to-

dos os crimes, para deter a nossa luta. Compreendeis porque é que os criminosos agressores colonialistas e o seu chefe no nosso país estão mais encarniçados do que nunca, intensificam os bombardeamentos e multiplicam os assaltos contra as regiões libertadas, fazem todos os esforços para tentar reocupar um certo número de localidades nessas regiões, a fim de se consolarem das derrotas militares, políticas e diplomáticas que lhes infligimos, a fim de tentar, com os novos crimes que estão em vias de praticar, desmoralizar as nossas forças e desmobilizar as nossas populações. São as derrotas que sofreram em 1972, tanto no nosso país como no plano africano e internacional, que explicam a agressão intensificada contra as regiões libertadas, em particular a de Cubucaré, visitada em Abril pela Missão Especial das Nações Unidas.

O desespero do governo colonial fascista de Portugal é tanto mais compreensível quanto é certo que a "política da Guiné melhor" e de "Cabo Verde melhor" fracassaram igualmente. No que respeita à Guiné, é o próprio governo fascista de Lisboa que, pela boca dos chefes dos criminosos agressores colonialistas, confessa esta derrota, quando afirma que o que o homem africano quer é ter "a sua própria expressão política e social". É exactamente isto que quer o homem da Guiné e de Cabo Verde, mas nós chamamos-lhe independência, isto é, a soberania total do nosso povo no plano nacional e internacional, para construir ele próprio, na paz e na dignidade, à custa do seu próprio esforço e sacrifício, caminhando pelo seu próprio pé e guiado pela sua própria cabeça, o progresso a que tem direito, como todos os povos do mundo. E isto em cooperação com outros povos, incluindo o povo português (...).

O governo colonial fascista de Lisboa e os seus agentes no nosso país apressam-se a tentar modificar a situação antes que estejam completamente perdidos no seu próprio país.

Mas perdem o seu tempo e fazem perder ingloriamente a vida aos jovens portugueses que enviam para a guerra. Praticarão ainda crimes contra as populações, tentarão destruir o Partido, farão actos de agressão contra os países vizinhos. Tudo em vão. Porque nenhum crime, nenhuma força, nenhuma manobra ou demagogia dos criminosos agressores colonialistas portugueses poderá deter a marcha da História, a marcha irreversível do povo da Guiné e Cabo Verde para a independência.

/DOC.-12/

AHS



AHS

